

1ª quinzena de fevereiro de 2003

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 113

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA

PREVIDÊNCIA

O outro lado da reforma

A reforma da Previdência, tal como está sendo proposta pelo governo federal, não se diferencia muito da que estava sendo encaminhada por Fernando Henrique, inclusive mantendo um de seus piores aspectos: a possibilidade de privatização. A avaliação é do presidente da Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, que, junto com outros professores, esquadrinha o problema nesta edição e propõe alternativas. Qual é a verdadeira causa do

"déficit da previdência"? O que significa o conteúdo do projeto de lei complementar número 09/99? Quem são os culpados pelo "rombo"? Quais são os privilégios reais? E o que não está sendo atacado nesta proposta de reforma? São perguntas que precisam ser respondidas. Sobre essas questões os docentes já se pronunciaram em assembleia, dia 5, e elaboraram uma manifestação, cuja íntegra pode ser lida na página 3 desta edição.

Páginas 3, 6, 7, 8 e 9



Sob o signo da transformação

Brasil e Adufrgs: Ano Novo, gestão nova. Com algum atraso, desejamos a todos os associados um ano de mudanças positivas, uma vez que, sem dúvida, 2003 nasceu sob o signo da transformação.

No que tange às Universidades, o Ministro da Educação, ao contrário de seu antecessor, declara-se disposto ao diálogo e propõe-se a construir com os Movimentos um novo tempo de interlocução.

No que diz respeito ao funcionalismo público e à sociedade em geral, está em pauta a reforma da Previdência. Estamos trabalhando na perspectiva de que a reforma da Previdência seja conduzida de forma serena e negociada, preservando conquistas históricas dos trabalhadores. Não aceitamos desde já imposições, fatos consumados e muito menos a pecha de que os servidores públicos são os culpados pela crise atual do sistema. Esperamos que o Governo, fiel a seu passado, trate os servidores públicos com dignidade e respeito, pautando sua atuação por diálogo e pela negociação.

Defendemos a previdência pública, gerida pelo Estado. Entendemos que todos os funcionários públicos são iguais perante a lei, que não é possível discutir reforma sem um diagnóstico da situação atual e que a Previdência, assim como a Saúde e a Educação, certamente deve ser sustentável, mas também deve basear-se, entre outros, no princípio da solidariedade.

Sabemos da importância e das potencialidades da Adufrgs, que é a medida das potencialidades de seus associados. O Sindicato deve continuar firme na defesa dos direitos de seus

associados, mas além de um bastião de resistência, deve ser propositivo, ter uma ação política intensa, mantendo e ampliando seu papel de representante legítimo dos docentes da Ufrgs junto à sociedade.

O Sindicato deve colocar-se em sintonia com seu tempo. Seus canais de comunicação, como o Adverso e os meios eletrônicos, devem ser mais acessíveis aos docentes, permitir-lhes expressar suas opiniões e seus sentimentos de forma mais interativa, em suma, devem trazer os temas mais próximos do seu cotidiano, sem perder a universalidade e a crítica que caracterizam uma comunidade de professores universitários e que sempre foi a marca das diretorias da Adufrgs.

A Adufrgs tem que adquirir um perfil associativo mais intenso, este é um clamor de seus associados. Não queremos de forma alguma um Sindicato assistencialista, mas juntos temos que construir espaços que permitam uma maior convivência entre os docentes, que devem sentir-se em casa em sua sede. A busca da elevação da qualidade de vida dos docentes é um de nossos objetivos e buscaremos, no debate da realidade cotidiana e na participação efetiva dos associados, os meios para atingir este objetivo.

Em nosso discurso de posse dizíamos que entendemos que, só com o empenho de todos, as esperanças e expectativas de uma realidade mais justa para nosso País poderiam materializar-se. Com certeza, igualmente o fortalecimento da Adufrgs e a sua atuação, em consonância com os anseios de seus associados, dependerão centralmente deste empenho.

Softwares livres no FSM

A Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa) foi responsável pela infra-estrutura de informática tanto do Fórum de Autoridades Locais quanto do Fórum Mundial de Educação, Seminário da Administração Popular de Porto Alegre, dos escritórios de informação e Fórum Social Mundial. Ao todo foram utilizados 740 microcomputadores, sendo 110 no acampamento da juventude, 385 na Puc e 190 no Gigantinho. O restante estava espalhado nos outros ambientes do Fórum. Destes, 596 utilizaram Linux e 152 Windows. Foram utilizados três servidores, todos com Linux. Em três espaços livres de acesso a internet, todos só usaram Linux. O pacote de escritório na grande maioria dos casos foi o Open Office.

Guerra já está declarada

Na conferência "contra a militarização e a guerra", que aconteceu no dia 24 de janeiro, no ginásio Gigantinho, a representante do movimento antiguerra dos Estados Unidos, Medea Benjamin, empolgou o público falando sobre a situação do povo norte-americano perante a guerra iminente. Segundo ela o governo Bush já tem como certo o embate contra o Iraque há mais de um mês e está planejando invadir o país no dia 15 de fevereiro, data mais vantajosa para o exército de Bush, pelo clima. Medea frisou "a falta que faz um partido dos trabalhadores hoje nos EUA", pois lá Republicano e Democrata são pró-guerra, junto com a grande mídia que visa, com o conflito, alcançar um público ainda maior. Ela finalizou sua fala dizendo, "não basta só converter os gastos militares em sociais, temos de lutar constantemente a favor da desmilitarização não só do Iraque mas também dos EUA, Israel e de todos os outros países".

Movimento cresce 30% no FSM

Porto Alegre ainda calcula os resultados obtidos durante o III Fórum Social Mundial. O movimento foi acima das expectativas, pelo menos 30% a mais que o normal no mês de janeiro para os taxistas. No transporte coletivo, foram 226.078 passageiros, contabilizando o fluxo de todas as 21 linhas especiais operadas pela empresa Carris. Tradicionais fontes de informações para os turistas, os taxistas de Porto Alegre receberam preparação especial para trabalhar durante o evento. A Prefeitura distribuiu aos motoristas um kit informativo desenvolvido pelo Porto Alegre Turismo – Escritório Municipal em parceria com a Empresa Pública de

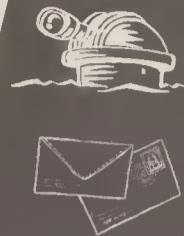
Transporte e Circulação (EPTC). Os profissionais também completaram cursos de inglês e atendimento aos viajantes. Segundo cálculos do Porto Alegre Turismo – Escritório Municipal, os cerca de 100 mil participantes do III FSM, provenientes de 156 países, movimentaram U\$ 55,4 milhões com despesas em transporte, hospedagem, alimentação e comércio. De acordo com a Câmara dos Dirigentes Lojistas, cada viajante gastou, em média, U\$ 60 por dia.

Para dizer não

O escritor uruguaio Eduardo Galeano escreveu um artigo sobre a iminente guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. Diz ele: "O presidente do planeta anuncia seu próximo crime em nome de Deus e da democracia. Assim calunia Deus. E calunia, também, a democracia, que a duras penas sobreviveu no mundo, apesar das ditaduras que, há mais de um século, os Estados Unidos vem semeando em todos os lugares. O governo de Bush, que mais do que governo é um oleoduto, precisa se apossar da segunda reserva mundial de petróleo, que jaz no subsolo do Iraque. Além disso, precisa justificar a dinheirama de seus gastos militares e precisa expor no campo de batalha os últimos modelos de sua indústria armamentista. É disso que se trata. O resto é pretexto. E os pretextos para esta próxima carnificina ofendem a inteligência. O único país que usou armas nucleares contra a população civil, o país que descarregou as bombas atômicas que aniquilaram Hiroshima e Nagasaki, pretende nos convencer de que o Iraque é um perigo para a humanidade. Se o presidente Bush ama tanto a humanidade, e realmente quer conjurar a mais grave ameaça de que padece a humanidade, por que não bombardeia a si mesmo, ao invés de planejar um novo extermínio de povos inocentes? Imensas manifestações invadirão as ruas do mundo neste 15 de fevereiro. A humanidade já não suporta que seus assassinos a usem como desculpa. E já não suporta chorar seus mortos ao fim de cada guerra: desta vez, quer impedir a guerra que vai matá-los."

Tarefas pós-FSM

O texto "Globalizando a reconstrução da seguridade social em um novo mundo", do professor Fernando Molinos Pires Filho, está disponível, na íntegra, em www.adufrgs.com.br. O autor é professor titular aposentado da Ufrgs, doutor em Odontologia e membro do GT Seguridade Social – Adufrgs.



Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1ª secretária: Daniela Marzola Fialho
2ª secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1ª suplente: Elisabete Zardo Búrgio
2ª suplente: Nádyá Pesce da Silveira

POSSE NA ADUFRGS

“Universidade pública é elemento chave para a nação”

Anova diretoria da Adufrgs acredita na Universidade Pública, gratuita, autônoma e de qualidade e a considera um elemento chave para qualquer projeto de nação independente. Foi o que disse a nova presidente da Adufrgs, Maria Aparecida Castro Livi, durante a cerimônia de posse, dia 10, no salão de festas da Reitoria. Ela apresentou as propostas para a entidade, salientando que os novos integrantes da diretoria têm ao longo de suas histórias individuais, “atuado coerentemente com esta crença no interior da Universidade, no espaço sindical, nos fóruns de decisão da Universidade, onde se discute e define as políticas da Instituição, e no espaço acadêmico, em atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

A atuação sindical deve coexistir com a atuação nas demais esferas da vida universitária: acadêmica e administrativa. Daí, segundo Cida Livi, o papel fundamental do sindicato nos últimos anos na defesa, e tentativa de preservar e expandir a universidade pública. A um grande público presente a cerimônia, ela apresentou as três preocupações centrais da nova gestão. São elas a defesa dos direitos de todos os sindicalizados, o estímulo ao debate de idéias e a construção de propostas em temas históricos ou novos, como Autonomia e Previdência, além do reforço ao associativismo. “Na defesa dos direitos dos sindicalizados, esperamos poder priorizar

a via política, centrada na negociação, em vez da via jurídica, que foi a única via que praticamente nos restou em vários momentos dos últimos anos”, salientou.

Comunicação

Cida também disse que a direção buscará utilizar todos os espaços e canais de comunicação do sindicato, de modo a garantir a participação efetiva de todos no processos de discussão. O aspecto associativo preocupa a nova presidente. Nos últimos anos a participação do sindicalizado reduziu-se de modo expressivo, tanto nos momentos de discussão e deliberação, quanto nas ocasiões de lazer. Por isso, a Adufrgs procurará detectar as causas desse afastamento e trabalhar para reverter a situação. “Pretendemos ampliar os benefícios da participação do docente no sindicato, oferecer-lhe um espaço físico que estimule a convivência e a interação e intensificar a realização de atividades culturais”, prometeu.

Referiu-se ao diálogo que será buscado com a segunda chapa que disputou a direção do Sindicato e à política de “interlocução fraterna”, com Assufrgs, DCE, APG e sindicatos de trabalhadores da educação e do serviço público federal, além de segmentos organizados da sociedade. “O nosso sindicato trabalhará, como sempre trabalhou, na perspectiva de uma Universidade plural, inserida

numa sociedade mais justa. Mas, enquanto cidadãos, acreditamos, como o Presidente deste País, que a esperança venceu o medo. Porque talvez, finalmente, tenhamos entendido o verso de Chico Buarque, na peça Saltimbancos: “Todos juntos somos fortes, somos flecha e somos arco, todos nós no mesmo barco, não há nada para temer”.

Weyne faz balanço de gestão

Além de Maria Aparecida Castro Livi, foram apresentados aos associados Eduardo Rolim de Oliveira (do departamento de Química Orgânica), 1º vice-presidente, Carlos Alberto Gonçalves, 2º vice-presidente (Bioquímica), Daniela Marzola Fialho, 1ª secretária (Expressão Gráfica), Laura Verrastro Viñas, 2ª secretária (Zoologia), Alejandro Borche Casalás, 1º tesoureiro (Hidromecânica e Hidrologia), Valério De Patta Pillar, 2º tesoureiro (Ecologia), Elisabete Zardo Búrigo, 1ª suplente (Matemática Pura e Aplicada), e Nádyá Pesce da Silveira, 2ª suplente (Química Inorgânica).

Durante a cerimônia foi feito um relatório da gestão anterior e aprovadas as contas. Entre as realizações da gestão Rubens Weyne, se destacaram a atuação nas greves, a reforma da sede, compra de equipamentos e a participação no Fórum Social Mundial e Fórum Mundial de Educação. O ex-presidente Rubens Weyne iniciou seu discurso falando da importân-

Um novo espaço

A diretoria começa a estudar a aquisição de um novo espaço para a Adufrgs, no qual possa promover o convívio de seus associados. Uma nova sede com auditório, café, boa música e boa leitura que oportunize o encontro, a conversa e o debate entre os professores. Sugestões sobre as características, usos e localização desta nova sede podem ser enviados para o endereço eletrônico da Adufrgs. Contamos com a participação de todos os associados na tomada desta importante decisão para o sindicato.

cia da universidade pública, que deve ser defendida frente aos constantes ataques a que vem sofrendo. “Passo aos colegas a tarefa de levar à frente a luta pela universidade”. Também fez uma crítica à proposta de reforma da previdência do governo federal, além de um balanço sobre seus dois anos de gestão. Destacou a luta em defesa dos interesses dos professores e da universidade pública, a abordagem de temas polêmicos no Fórum Social Mundial, como o Plano Colômbia e agradeceu aos colegas que o ajudaram em seu trabalho.

O presidente da Andes-Sindicato Nacional, Luiz Carlos Lucas, salientou pontos da reforma da previdência e defendeu a integralidade das aposentadorias dos servidores públicos. Para Lucas, as informações veiculadas na imprensa têm um “verniz” de veracidade que se deve a uma contabilidade que não condiz com a realidade (leia matéria nas páginas 6 e 7).

ASSEMBLÉIA

Aprovada manifestação pela retirada do PLC-9

Reunidos em assembléia dia 5, no Auditório do Ilea, os associados da Adufrgs aprovaram uma Manifestação pela Retirada do Projeto de Lei Complementar nº 09/99, que trata da reforma da previdência. Ela será divulgada amplamente sobretudo entre parlamentares. A íntegra do projeto e mais detalhes sobre encaminhamentos da assembléia estarão disponibilizados na página da Adufrgs (www.adufrgs.org.br). A seguir, o conteúdo da manifestação: “Nós, os docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reconhecemos a relevância de um amplo debate sobre as questões da seguridade social e a necessidade de que a previdência, para que atenda aos critérios de justiça e solidariedade, tenha sua sustentabilidade garantida pelo controle sobre a arrecadação, pela punição da corrupção, pela revisão das isenções, pela eliminação de distorções, pela gestão democrática e, sobretudo, pelo crescimento da atividade econômica, do emprego, dos salários e das contribuições. Entendemos que tais con-

dições só podem ser atendidas em um sistema de previdência pública, gerida pelo Estado. Além disso, para que este debate se efetive em bases sérias, entretanto, duas condições preliminares devem ser estabelecidas. A primeira condição é que sejam reconhecidos como legítimos os atuais direitos previdenciários dos servidores, direitos conquistados através da negociação e do debate democrático e como contrapartida do trabalho exercido ao longo da vida e de contribuições previdenciárias proporcionais aos vencimentos. Lamentamos e rejeitamos a campanha difamatória contra os servidores públicos, que contribuem com 11% para a previdência sobre o total dos seus vencimentos e não sobre o teto da previdência.

A segunda condição é que o debate não seja pautado pelos interesses das seguradoras privadas e nem seja cercado por normatizações prévias estabelecidas fora do quadro de negociação. Se for aprovado o PLC 9 – que dispõe sobre as normas gerais para instituição de regime de previ-

dência complementar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios – encaminhado à revelia de qualquer negociação e em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados, os Executivos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal estarão autorizados a implantar o regime de previdência complementar para servidores estatutários, desfigurando o atual regime, baseado na paridade de vencimento entre ativos e aposentados.

Para que o debate sobre a previdência possa realizar-se em sua plenitude e num quadro de respeito entre os interlocutores, solicitamos ao Governo Federal a imediata retirada do PLC 9.

Com respeito a como proceder na fase de execução da ação dos 3,17%, os professores aprovaram manter no momento somente a ação coletiva e aguardar a solução do recurso impetrado em novembro de 2002. O percentual corresponde a uma diferença entre o reajuste dado em janeiro de 1995, de 22,7%, e o que era legalmente

devido (25,95%). A Adufrgs foi vitoriosa na ação ajuizada em nome de todos os professores, sindicalizados e não-sindicalizados, em atividade e aposentados. No entanto, o juiz da causa entendeu que na fase da execução o sindicato não era mais parte legítima e exigiu que os sindicalizados constituíssem grupos de até dez pessoas para fazerem valer seus direitos. A assessoria jurídica recorreu desta decisão.

O terceiro ponto da pauta foi a eleição dos delegados para o próximo Congresso da Andes, em Teresina (PI), de 8 a 13 de março. Foram eleitos por voto secreto 11 delegados de base. Por ordem de votação: Eduardo Rolim de Oliveira, Félix González, Cláudio Scherer, José Carlos Freitas Lemos, Maria Adélia Pinhal de Carlos, Daniela Fialho, Miriam Griselda Pastoriça, Carlos Schmidt, Elizabete Búrigo, Zuleika Carretta Correa da Silva e Rubens Weyne. A suplência foi formada por Fernanda Scalzilli Marques Fernandes, Fernando Nascimento e Fernando Molinos Pires Filho.

PORTO ALEGRE 2003

Adufrgs apóia 14 oficinas no Fórum

Fotos Cristina Lima

Ao todo, foram 14 atividades apoiadas pela Adufrgs nesta terceira edição do Fórum Social Mundial. De 23 a 28 de janeiro, os professores da Ufrgs tiveram a oportunidade de discutir com pessoas de diversas partes do mundo desde o espaço crítico e a dimensão poética das estratégias artísticas até a questão da nutrição na infância. A oficina “O novo Brasil no contexto mundial”, que aconteceu no Auditório do Colégio Santo Antônio Pão dos Pobres durante três dias, discutiu as relações internacionais do país nesta nova etapa histórica que inicia com a posse do presidente Lula. A repercussão deste acontecimento no continente latino-americano e questões como a Alca, a guerra, o terrorismo, a manipulação midiática (temas recorrentes durante todo o Fórum) também estiveram presentes. As discussões se deram nos painéis: O Brasil e a integração latino-americana, Alca - integração ou anexação, Militarização, Terrorismo e Mídia, Modelos alternativos de desenvolvimento e Um mundo multipolar e solidário.

Conferencistas de todo mundo estiveram presentes discutindo os grandes desafios que se colocam aos movimentos sociais e aos partidos revolucionários que lutam para transformar em realidade concreta o lema do Fórum: “Um outro mundo é possível”. Foi chamada atenção, inclusive, para a mentalidade de matizes fascistas que impregna a nova Estratégia de Segurança nacional dos EUA. Três pontos do documento revelam esta característica: O domínio militar global dos EUA deve ser perpétuo para que jamais alguma potência possa vir a rivalizar com eles; A recomendação de ataques militares “preventivos” a Estados que sejam considerados ameaça potencial à segurança dos EUA; A imunidade perante o Tribunal Penal Internacional da ONU de cidadãos norte-americanos autores de crimes comprovados.

Outra oficina debateu as intervenções urbanas durante dois dias no Museu da Ufrgs. A possibilidade de uma transformação real e de um enriquecimento crítico da percepção e da vivência no espaço cotidiano foi debatida nos painéis Espaço Público e experimentação artística na faculdade e Intervenções artísticas no espaço urbano.

Pesquisas eleitorais

O monitoramento das pesquisas eleitorais no Brasil foi discutido no prédio 11 da PUC no dia 24 de janeiro, sob a coordenação do professor Basílio Xavier Santiago, do Instituto de Física da Ufrgs. Além da diretora executiva do Ibope, Marcia Cavallari, estavam presentes o professor Luiz Slongo, ex-diretor do Cepa/Ufrgs e Elaine Losch, coordenadora do Centro de Pesquisas do Correio do Povo. Basílio tratou dos erros sistemáticos do Ibope para determinados partidos políticos e regiões do país e das fortes evidências de que pes-



Pão dos Pobres: oficina discutiu as relações internacionais do País nesta nova etapa histórica do Brasil com Lula

quisas eleitorais induzem os eleitores e os políticos, ao invés de apenas refletir o cenário eleitoral. Marcia Cavallari fez a defesa das pesquisas do Ibope, argumentando que em 1998 suas últimas pesquisas foram contratadas por vezes 15 ou 20 dias antes das eleições, estando portanto defasadas. Este fato teria levado, segundo Marcia Cavallari, o Ibope a não mais aceitar convênios ou contratos de fornecimento de pesquisas que não incluam uma pesquisa de véspera. O professor Slongo iniciou sua intervenção com um histórico

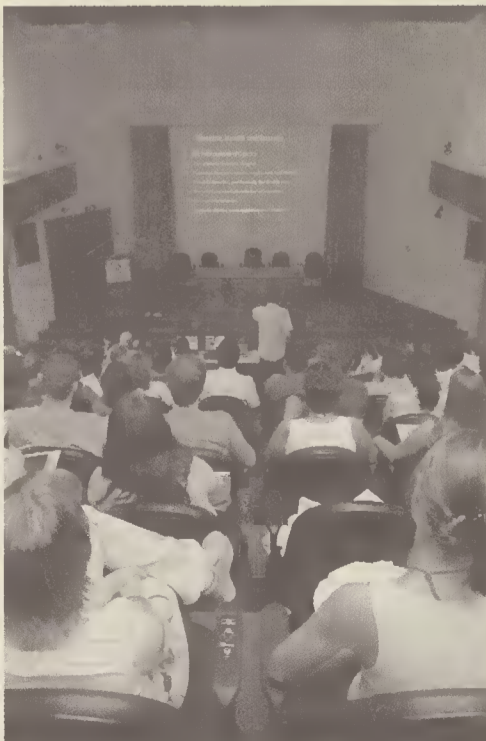
sobre o Cepa/Ufrgs e um relato sobre o processo que levou este centro a realizar pesquisas eleitorais. Este processo faz parte de um aprendizado prático motivado pelo interesse dos próprios alunos em fazer pesquisas de campo, quando estudam técnicas de pesquisa na disciplina de Marketing do curso de Administração. Defendeu a realização de pesquisas pelo Cepa/Ufrgs como sendo manifestação da liberdade acadêmica e da democracia interna da Ufrgs, mas reconheceu a existência de críticas dentro e fora da universidade

de com relação à realização das pesquisas por órgão da instituição. Elaine Losch falou sobre o Centro de Pesquisas do Correio do Povo (CPCP), seu histórico e seu funcionamento. Argumentou que, por ter uma equipe pequena, entrosada e próxima das comunidades onde atua, o CPCP tem uma vantagem sobre os demais institutos de pesquisa com alcance nacional. Sugeriu que isto talvez esteja na origem do maior sucesso do CPCP em comparação aos demais institutos de pesquisa em eleições recentes.

A nova genética no contexto da saúde

O uso responsável das aplicações médicas da nova genética e das tecnologias relacionadas a ela foi o tema da oficina A genética humana no contexto da saúde. Pessoal das áreas biológicas tratou de realizar neste encontro uma “sociologia” da Nova Genética. Ou seja: saídos da prática cotidiana da clínica ou de seus laboratórios, os debatedores expuseram suas reflexões sobre a valorização da ciência como estratégia pelo grande capital e pelos poderosos. E como, contraditoriamente a esses interesses, a genética médica, em especial, pode ser um exercício de humanidade, de cidadania e uma superação de sofrimentos antes vistos como inevitáveis. Jorge Sequeiros, diretor do UnIGEN e da Universidade do Porto de Portugal, abordou o tema “Como se pode aplicar o conhecimento do genoma humano em benefício da saúde?”.

O patenteamento de genes é outro perigo real e quase não divulgado. Alda Souza, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, da mesma universi-



Novidades: encontro tratou de uma “sociologia” da Nova Genética

dade, colocou essa questão dentro do contexto geral da política neoliberal: a de aprofundar o fosso entre os pobres e os ricos, dismantlar os serviços públicos, privatizar a educação, a saúde e a previdência, e tornar a saúde uma mercadoria. Depois disso, Marcy Darnovsky, diretora associada do Center for Genetics and Society da California fez uma crítica à clonagem reprodutiva e às potenciais modificações genéticas herdáveis. Daí surgiu o tema da clonagem não reprodutiva, que deveria ser produzida a partir de células de embriões. Embora não ponha em risco gerações futuras, essa clonagem tem provocado grandes discussões sobre a manipulação de embriões, sobre conceitos religiosos e éticos. A respeito disso discorreu José Roberto Goldim, dos Comitês de Bioética da PUC e da Ufrgs. Encerrando a oficina, Francisco Mauro Salzano, do departamento de Genética da Ufrgs, discorreu sobre “reducionismo e determinismo genéticos, preconceito racial e discriminação genética”.

Linguagem e neoliberalismo

A necessidade de compreender o uso da linguagem nestes dias de neoliberalismo, bem como as ligações entre mudança social e econômica e a lingüística foram os temas tratados no Auditório da Uerj dia 25 de janeiro. A linguagem construindo a realidade neste novo capitalismo, que deve ser questionado, criticado e, principalmente, modificado, foi o tema da oficina Lutas discursivas no novo capitalismo.

Sob o título Governança do Brasil e Idioma, aconteceram duas oficinas: Língua e diversidade e outra em que não houve expositores, mas um histórico do Projeto Aldo Rebello, que serviu para embasar a discussão sobre política da língua para o Brasil. Este tema ainda esteve presente no Forumzinho, com o título "Minha pátria é minha língua! Se todas as línguas do mundo quisessem se dar as mãos?". E também na Cidade das Cidades, o Acampamento da Juventude, abordando os temas A questão da língua no contexto da globalização e O Brasil e a lusofonia.

O Brasil e a integração latino-ame-

ricana também foram tema de oficinas no Forumzinho e no Acampamento da Juventude. Nos dias 25 e 27 de janeiro as crianças pensaram a unidade latino-americana e até imaginaram como seria um "governo das crianças". Na Cidade das Cidades, o debate abordou até a comunicação alternativa eletrônica entre governantes e cidadãos.

A oficina Resgatando a cidadania sob uma perspectiva antropológica refletiu sobre a implementação de políticas sociais para o resgate do sentimento de cidadania. Sob a coordenação da professora Cláudia Fonseca, do programa de pós-graduação em Antropologia da Ufrgs, a oficina reuniu diversos conferencistas de 25 até 27 de janeiro.

Emprego e desemprego

Apresentar as explicações das teorias econômicas neoclássicas, keynesiana e marxista para o emprego, o desemprego e os salários foi o objetivo da oficina Emprego e Desemprego segundo as teorias econômicas e suas implicações práticas. Os professores Luís Augusto Estrella Faria e Ricardo Da-

thein, ambos da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs foram os painelistas no dia 24 de janeiro.

O professor Marcelo Tomazi Silveira, da Ufrgs, foi o painalista da oficina As histórias em quadrinhos como instrumento didático, que buscou instrumentalizar professores para utilizarem os quadrinhos como ferramenta de ensino nas aulas. Metodologias assistenciais em saúde e a promoção da qualidade de vida foi a oficina organizada pela professora Marta Júlia Marques Lopes no dia 24 de janeiro.

A discussão sobre questões referentes ao patrimônio cultural alimentar foi a constante da oficina Antropologia da Alimentação – cultura e diversidade, coordenada pela professora Maria Eunice Maciel, que aconteceu nos dias 24 e 25 de janeiro no Auditório do Mercado Público. Também abordando o tema da alimentação, a professora Regina Maria Guaragna coordenou a oficina Nutrição na Infância: alimentação, saúde e questão social, que aconteceu no dia 23 de janeiro no Anfiteatro do Hospital de Clínicas.

3º FSM

Números confirmam expectativas

O Fórum Social Mundial 2003, que aconteceu em Porto Alegre de 23 a 28 de janeiro, reuniu cerca de 100 mil participantes entre delegados, observadores, profissionais de imprensa e ativistas de todo o mundo. Ao todo, 20.763 delegados representaram 5.717 organizações de 156 países. Credenciaram-se para a cobertura 4.094 jornalistas de 1.423 veículos, de 51 países do mundo. Deste total 3.262 vieram representando veículos de imprensa, rádio ou tevê e 832 como jornalistas free-lancers. Dos 51 países, o Brasil foi quem teve o maior número de representantes. Foram 2.131 jornalistas brasileiros que representaram 808 veículos. A imprensa italiana foi a segunda mais numerosa, com 153 jornalistas de 83 veículos.

A seguir vêm Argentina (141 jornalistas de 73 veículos) e França (153 jornalistas de 74 veículos). A delegação estadunidense enviou 97 jornalistas, mesmo número da delegação de jornalistas uruguaios, mas com maior número de veículos: 53 contra 42 do Uruguai.

Foram realizadas 1.286 oficinas, no fórum, que contou com o trabalho de cerca de 650 voluntários. O Acampamento da Juventude abrigou cerca de 25 mil pessoas, das quais mais de 19 mil foram credenciadas como representantes de cerca de 700 coletivos.

A organização do Fórum Social 2003 teve um custo direto total de US\$ 3,485 milhões, fora os custos indiretos com pessoal e hospedagem de conferencistas assumidos pela Prefeitura de Porto Alegre. O volume de dinheiro gerado, no entanto, foi muito maior. Os organizadores calculam que os 100 mil participantes movimentaram, no mínimo, US\$ 20 milhões, entre despesas de transporte, hospedagem e alimentação. Pelos cálculos de alguns órgãos de imprensa, este montante poderia chegar a US\$ 50 milhões.

GOVERNO LULA

Buarque: "Vamos pisar no acelerador e dobrar à esquerda"

Não vamos suspender nenhum programa educacional colocado até agora, mas não podemos ficar na mesma velocidade. Vamos pisar no acelerador e dobrar à esquerda", afirmou o ministro da Educação, Cristovam Buarque, que abriu dia 19, em Porto Alegre, os trabalhos do 2º Fórum Mundial de Educação. Ele falou a um público que lotou o Ginásio Gigantinho sobre "As Perspectivas da Educação no Governo Lula". Buarque disse que Porto Alegre surpreendeu o mundo há dois anos com a realização do 1º Fórum Social Mundial e agora, dois anos depois, com a eleição de um metalúrgico para presidente da República. "O dia 28 de outubro vai entrar para a história. Em seu primeiro pronunciamento, o presidente eleito falou dos esfomeados deste país, ao invés de progresso, de crescimento econômico, assumiu o compromisso de fazer com que todos os brasileiros se alimentem três vezes ao dia".

O ministro lembrou que há 20 anos a humanidade convive com o mito de que através da onipresença do mercado a fome deixaria de existir, o que se mostrou um equívoco. "A fome não se resolve com crescimento econômico, mas com políticas específicas e claras", afirmou. Não basta a fome zero, também é preci-



Vontade política: não basta a fome zero, é preciso "uma educação mil"

so "uma educação mil" o que, tal qual o problema da fome não se resolve com economia, mas com vontade política.

Três eixos

Essas políticas foram divididas pelo ministro em três grandes eixos. O pri-

meiro é o de que todos os brasileiros sejam capazes de ler e escrever em português. "É inacreditável que o Brasil chegue em 2003 com uma população entre 15 milhões e 50 milhões de pessoas não incluídas no mundo das letras, conforme os critérios de avaliação".

Comunique-se

Envie cartas para serem publicadas no Adverso.

O endereço eletrônico é adverso@portoweb.com.br

Os textos não poderão exceder 500 caracteres (com espaços). Textos mais longos poderão ser publicados na página da Adufrgs: www.adufrgs.org.br

REFORMA POLÊMICA

O que fazer com a Previdência Social?

O governo Lula aposta suas fichas na reforma da previdência. Movimento sindical vê proposta com restrições e adverte para o risco de que a reformulação abra as portas para a privatização do setor.

Marco Aurélio Weissheimer e Jéferson Assunção

O governo Lula abriu um debate nacional sobre a reforma da Previdência Social, proposta que enfrenta fortes objeções. O Executivo pretende adotar um critério de transição do atual modelo de aposentadoria para um sistema unificado, com regras iguais para trabalhadores públicos e privados. Para quem está na ativa e já contribui para a Previdência, a idéia é respeitar os direitos acumulados até a data da aprovação da reforma. A partir daí, passaria a vigorar uma regra universal, fazendo com que a aposentadoria fosse composta de uma parte conforme as regras atuais e outra parte definida a partir da mudança.

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, rejeita a idéia de que há direitos presumidos e que, portanto, é preciso respeitar a expectativa que o trabalhador na ativa tinha no momento em que começou a pagar sua contribuição. Segundo ele, a transição de um modelo a outro deve ocorrer conforme um critério de progressividade, pelo qual quanto mais tempo de contribuição o trabalhador tiver no modelo atual menor será o efeito da reforma. Ou seja, quanto menor o tempo de contribuição, maior o impacto.

Berzoini assumiu o compromisso de apresentar, até o fim de abril, uma proposta de reforma ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, resultante de um processo de debates e negociações com os partidos políticos, sindicatos e outras entidades concernidas pelo tema. Segundo o cronograma traçado pelo Executivo, o mês de maio deve ser usado para transformar a proposta num projeto de emenda constitucional que deverá ser encaminhado ao Congresso em junho. Esse é o trajeto ideal que pode, contudo, sofrer atrasos em razão das fortes resistências e objeções à proposta.

O déficit da previdência

O argumento central do governo para justificar a necessidade da reforma é que o atual sistema é injusto e não tem sustentabilidade financeira ao longo do tempo. Segundo dados da União, o déficit global da Previdência é de R\$ 70 bilhões, incluindo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os sistemas próprios da União, Estados e municípios. O ministro da Previdência chegou a cogitar a possibilidade de estabelecer algum tipo de cobrança para os inativos, mas recuou diante da pesada artilharia que se abateu sobre a idéia. "Temo que não seja viável porque poderemos entrar numa discussão sem fim sobre o direito adquirido", declarou Berzoini. Ele reconhece, por outro lado, que a eventual aprovação da reforma não impedirá o crescimento do déficit no curto prazo. Os primeiros resultados positivos viriam em oito ou dez anos.

O ministro tem dito que a prioridade da reforma previdenciária é a criação dos chamados regimes próprios, que, segundo ele, funcionariam como fundos de pensão para complementar o valor da aposentadoria do funcionalismo público. A proposta de reforma que está sendo debatida prevê a criação de um teto salarial e quem quiser uma aposentadoria maior terá que

contribuir para um regime próprio da Previdência. Berzoini defende que o ideal é manter o limite do INSS, hoje em R\$ 1.561,00, proposta que enfrenta forte resistência no interior do próprio PT. Segundo dados do Ministério da Previdência Social, a média de aposentadoria do setor público é de R\$ 1 mil e 800, enquanto a do INSS gira em torno de R\$ 280,00. Enquanto o teto de aposentadoria paga pelo INSS ao trabalhador do setor privado é de R\$ 1.255,63 (reajustado em maio último), os servidores do setor público se aposentam com salário integral, do último posto que ocupou na carreira.

De acordo com os dados do boletim estatístico da Secretaria de Administração, a remuneração média do servidor civil inativo da União é de R\$ 1.679,00. O militar inativo recebe, em média, R\$ 2.226 de aposentadoria. O aposentado do Legislativo é o mais bem remunerado, com média de R\$ 6.716 seguido do inativo do Judiciário, com média de R\$ 5.024. Se essa proposta for aprovada, quem quiser receber acima desse teto, deverá optar por um sistema complementar de capitalização. Os adversários da proposta dizem que, através desse mecanismo, ela abrirá o caminho para a privatização do sistema previdenciário.

A idéia original do governo Lula é criar um sistema universal de previdência para os trabalhadores públicos e privados. No entanto, diversas categorias profissionais – entre elas, juízes e militares – já manifestaram contrariedade à possibilidade de perderem o tratamento diferenciado que têm hoje. O tamanho dos obstáculos colocados à frente da proposta de reforma pode ser resumido pela declaração do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, para quem "a reforma da previdência só sai com uma revolução".

Há uma polêmica central envolvendo o tema dos direitos adquiridos. O ministro da Previdência vem batendo na tecla de que há uma diferença entre direito adquirido e expectativa de direito. "O direito adquirido está garantido. Mas não garante quem está no curso da contribuição", repetiu Berzoini durante uma reunião no início de fevereiro na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Em uma análise publicada no jornal Folha de São Paulo (03.02.2003), o especialista em direito previdenciário Wladimir Novaes Martinez sustentou que em apenas três situações existe o chamado direito adquirido para a aposentadoria do servidor público. A primeira, segundo ele, envolve o servidor que já está aposentado. A segunda atinge o que já cumpriu os critérios necessários para se aposentar, mas continua trabalhando. E, na terceira, o direito adquirido é válido para quem cumprir os requisitos para a aposentadoria antes da aprovação da reforma previdenciária. "Depois que a reforma for aprovada, o que vale para a aposentadoria são as novas regras em vigor", defendeu Martinez.

Ainda na avaliação desse especialista, há uma confusão conceitual entre as noções de direito adquirido e expectativa de direito. Para Marti-

nez, a expectativa de direito acontece quando o servidor entra para o serviço público pensando que irá se aposentar dentro das regras vigentes na época (essa é a expectativa do servidor). Já o direito adquirido é aquele que o servidor público acumulou até a sua aposentadoria. "Se antes da sua aposentadoria, as regras mudarem por meio de reformas, como a previdenciária, o direito passa a ser outro", conclui o advogado.

A posição da CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) já manifestou ao ministro Ricardo Berzoini suas reservas em relação à proposta apresentada. O presidente da CUT, João Felício, garantiu que a entidade não abrirá mão de um teto de 20 salários mínimos, o equivalente hoje a R\$ 4.000,00 para os benefícios previdenciários. Segundo Felício, esse valor cobre cerca de 95% dos trabalhadores públicos e privados. Ele sustenta que o teto da aposentadoria tem que ser maior do que aquele que está sendo acenado pelo Executivo porque o Brasil não tem uma tradição de fundos de pensão. Para Felício, a experiência recente do País com tais fundos – marcada por falências de montepios – não é muito recomendável.

A proposta da CUT, acrescentou, converge com as linhas gerais da proposta do governo federal no que se refere à criação de um sistema universal de Previdência, que inclua todos os trabalhadores, incluindo juízes e militares. Por outro lado, diverge em questões centrais como a fixação do teto de benefícios e o diagnóstico do problema do déficit orçamentário. Conforme números oficiais, divulgados no dia 3 de fevereiro, há uma necessidade de financiamento de R\$ 60 bilhões para a Previdência em 2003. Desse total, R\$ 40 bilhões correspondem ao funcionalismo público. Felício contesta esses números, argumentando que o problema do déficit é provocado pela União, Estados e municípios, que não contribuem com a sua parte para o regime de Previdência dos servidores públicos.

O governo federal espera superar essas divergências através de um amplo processo de debates e negociações com todas as partes envolvidas. No entanto, os primeiros sinais de divergência sobre os rumos que a reforma deve tomar apontam claramente grandes obstáculos para sua efetivação, dando razão assim à céptica manifestação do presidente do STF.

“Se é viável para o capital privado deve ser para a previdência pública”

Adverso - O senhor acredita que haja uma tentativa de privatizar a previdência em benefício de setores do capital financeiro? Esta questão fundamental não está sendo encoberta com outros temas da reforma?

Luiz Carlos Lucas - Acredito que este é o verdadeiro objetivo da reforma da previdência social tal como ela vem sendo tratada desde o governo Fernando Henrique Cardoso. E é muito preocupante observar que o atual governo faz propostas que vão mais ou menos no mesmo sentido. Hoje existe no mundo uma massa enorme de capital financeiro que não tem encontrado aplicação produtiva, mediante critérios de mercado. Contrariamente a tudo que nos fala o discurso dominante, o que se tem sistematicamente procurado é construir politicamente um mercado de nova dimensão, um mercado profundamente imbricado com o Estado e fortemente subsidiado. Isso tem sido feito no que diz respeito a muitas das atuais políticas sociais públicas e a previdência, sem dúvida nenhuma, é uma das que se destacam pelas dimensões dos recursos que envolve. Eu acredito que sim. Essa é, na minha avaliação, a principal motivação de muitos dos projetos de reforma que encontramos hoje no mundo.

Adverso - De que forma a Andes pretende atuar neste processo de reforma da previdência?

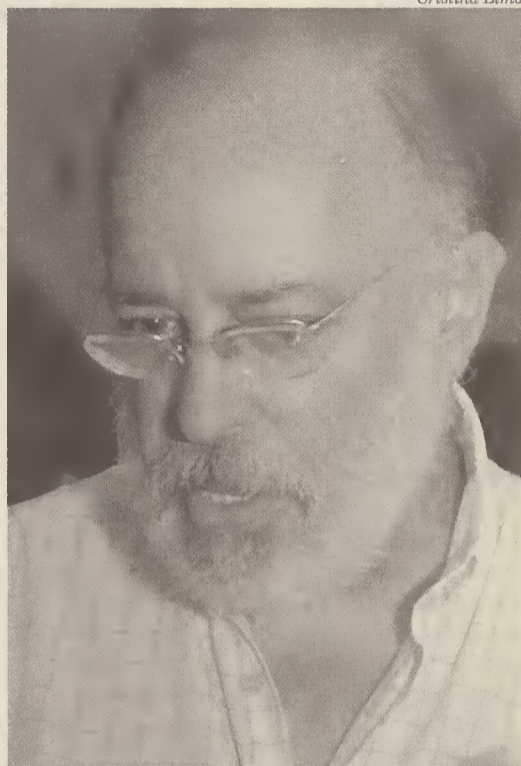
Lucas - Nós estamos dando a máxima prioridade a esta questão porque as informações que a imprensa divulga são de que o prazo em que o governo pretende adotar as reformas é curto. Temos que adequar a resposta a esses prazos. É fundamental que o sindicato discuta num menor tempo possível o que está sendo proposto e qual a nossa posição a respeito. Isso deve ser um dos temas centrais do nosso próximo congresso, em março. Mas, mesmo antes disso, estamos discutindo a questão. Fizemos contatos com a imprensa, com parlamentares e tivemos uma audiência com o ministro da Previdência. Nosso GT de seguridade social está dando máxima prioridade ao tema e estamos recomendando às seções sindicais que seja tratado com a maior urgência. Acredito que este será o principal debate do congresso de Teresina.

Adverso - Na sua opinião, quais são os grandes problemas da proposta do governo? O que é inegociável na previdência do setor público?

Lucas - Quem vai decidir o que é e o que não é negociável são as assembleias dos professores nas diversas instituições de ensino, sobretudo nas federais. Nelas se vai decidir qual a posição do sindicato a respeito. Isso não impede que já haja na diretoria uma opinião mais ou menos compartilhada. Alguns pontos são, na minha avaliação pessoal, inegociáveis. Em primeiro lugar, a previdência social deve ser pública. Nós somos contrários a qualquer tipo de reforma que implique

privatização, por diversas razões. Uma delas, de cunho mais geral, é de que justamente não se deve colaborar com uma política que visa transformar direitos sociais em mercadorias. Essa é uma razão de fundo. Outra é que o capitalismo brasileiro é extremamente selvagem. Já houve no País experiência de previdência privada, que deu péssimos resultados. Acho que o caso da Capemi está na lembrança de todos nós e não se poderia de forma alguma deixar que prosperasse um tipo de projeto que venha a colocar as pessoas na dependência da conduta empresarial ou mesmo de formas supostamente cooperativas neste setor. Não há por que transferir esses riscos para os trabalhadores. Dizer que se tenha o controle sobre o comportamento das organizações que venham a utilizar as nossas contribuições é extrema ingenuidade.

Não apenas em relação às organizações estritamente empresariais, mas também em relação aos fundos de pensão. Não podemos concordar que este risco seja transferido aos trabalhadores. Essas seriam as principais razões, entre outras. No meu entender é inegociável também a integralidade das aposentadorias. Gostaria de deixar clara a minha posição pessoal a respeito. Ela não é a posição de defesa de nenhum privilégio, mas é preciso que se considere que, num sistema previdenciário como o do Brasil, que é sustentado, sobretudo, pelas contribuições dos beneficiários, são gerados direitos que não podem ser desconsiderados. Se nós tivéssemos outra forma de financiamento da previdência, capitalização de qualquer outra maneira, ou se ela fosse financiada diretamente da massa tributária, talvez a questão não se colocasse com esta intensidade. Mas a previdência que se financia através das contribuições não pode ser mudada pela simples vontade do Estado sem que se considerem os direitos existentes. De um certo modo, faz parte da nossa relação de trabalho justamente a previdência integral. Isso tem a natureza, quer se queira ou não, de um contrato. As pessoas quando vêm trabalhar para o Estado muitas vezes se sujeitam a uma remuneração menor que aquela que costuma vigorar na iniciativa privada. Em relação, por exemplo, aos docentes isso me parece bastante claro. As universidades privadas, pelo menos as que têm um nível razoável de qualidade, costumam pagar salários muito mais elevados. As pessoas se sujeitam a receber estes salários menores, justamente, entre outras razões, porque têm a aposentadoria integral. Não pode o nosso patrão, que é o Estado, romper abruptamente este contrato sem que isso seja profundamente questionado do ponto de vista ético. É



Luiz Carlos Lucas
presidente da Andes-SN

preciso respeitar aquilo que, afinal, é um componente do nosso vínculo de trabalho. Então, não estou defendendo privilégios, porque dada a natureza do financiamento há um elemento contratual nessa relação. Mas eu também não defendo isso como privilégio na medida em que o sistema que pessoalmente tenho como ideal é um sistema que contemple a integralidade não apenas para os servidores públicos mas para o conjunto dos trabalhadores. Pessoalmente eu sou a favor de regime único e não de regime separado, desde que este regime tenha como um de seus componentes a aposentadoria integral. Pode isso ser viável do ponto de vista atuarial? Eu acredito que sim. E embora não disponha de uma tabela de cálculos, podemos ter uma idéia ainda que impressionista disso a partir do fato de que há uma grande voracidade do capital privado por este mercado dos seguros de aposentadoria. A pergunta que se faz é a seguinte: por que razão este capital, que não tem qualquer veleidade de benemerência estaria interessado neste segmento se ele não fosse viável do ponto de vista atuarial? Se é viável para o capital privado deve ser viável para a previdência pública, a não ser que se queira mais uma vez dizer que o público é ineficaz e o privado é o contrário. A história recente tem mostrado que nós podemos deixar essa coisa de lado porque há inúmeros exemplos de ineficácia no capital privado e setores onde as empresas públicas se saem bem. Então se isso é viável para o seguro privado deve ser viável na previdência pública. E nós sabemos que há países onde há uma previdência integral ou quase, que é pública, na Europa setentrional, por exemplo. E são os melhores sistemas previdenciários do mundo.

Adverso - E que alternativas há para este impasse?

Lucas - Na minha avaliação pessoal poderíamos pensar em formas mistas de financiamento. Eu acredito que seria mais justo um modelo previdenciário no qual até um determinado patamar o financiamento se faça não com base na contribuição dos segurados e sim através da massa tributária geral. A partir desse patamar nós poderíamos ter a contribuição, com o requisito de que este sistema seja público na sua integralidade.

Adverso - O senhor falou do que que é inegociável. Há algo que pode ser negociado?

Lucas - Cabe às nossas assembleias decidir sobre isso. O que se poderia negociar, na minha avaliação, que vale tanto a de qualquer outro professor, seria justamente a formação do sistema único, desde que se mantivesse a integralidade e a sua publicidade.

Adverso - O valor das contribuições cobre ou não o pagamento da previdência?

Lucas - O que tem sido dito sistematicamente na grande mídia é que o sistema é altamente deficitário. Normalmente, nos mostram quadros que nos dizem que o regime geral da previdência também é um regime em débito, mas que o dos servidores públicos tem déficits enormes. A totalidade desta argumentação se baseia em manipulações contábeis. Na realidade, a previdência do setor público tem sido exposta a um déficit contábil artificial porque justamente é isso que dá algum verniz de veracidade aos argumentos usados contra a integralidade das nossas aposentadorias. Há uma série de razões que explicam isso. Por exemplo, boa parte dos atuais servidores públicos tinha vínculos celetistas de trabalho com o Estado até a Constituição de 88. Neste período nós contribuimos para as nossas aposentadorias e para o regime geral de previdência.

Quando fomos transferidos para o regime jurídico único, em algum lugar deveria haver um fundo constituído por essas nossas contribuições, que jamais foi transferido. Há uma diferença de critérios de contabilidade também entre o regime geral e o regime do setor público, que se traduz no fato de que no regime geral nós temos, além da contribuição do trabalhador, as contribuições patronais, que são na média o dobro daquilo que paga o segurado. Na previdência do setor público nós não temos essa contribuição patronal. É verdade que o Estado ao final, paga os benefícios, mas isso é contabilizado integralmente como déficit. Se descontarmos essas e outras inadequações metodológicas muito pouco inocentes, as contribuições que fazemos sobre a totalidade de nossa remuneração é mais do que suficiente para a manutenção das aposentadorias integrais.

“Direito na constituição não será garantido pelas contas”

Cristina Lima



Integrantes da direção da Adufrgs aproveitaram a rápida passagem do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por Porto Alegre, para fazer uma pergunta sobre o déficit da Previdência. Foi em um almoço com empresários, políticos e sindicalistas na Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), dia 23, algumas horas antes da marcha de abertura do Fórum Social Mundial. Palocci afirmou que, dentre as muitas questões importantes em relação ao assunto, uma delas é que no passado se utilizou recursos da previdência para obras públicas. Esses recursos não voltaram e agora faltam para pagar aposentadorias. Também listou outras razões, argumentando que o que se paga na previdência é atuarial-

mente insuficiente para as aposentadorias. “Nós estamos terminando alguns cálculos agora que mostram que, se mantivesse a estrutura como ela é, a contribuição dos trabalhadores na ativa para tornar o saldo atuarial sustentável passaria de 60% do seu salário”, afirmou.

Por causa disso, explicou, é preciso ter “consciência” de que esta é do ponto de vista das contas públicas, e também do direito do trabalhador, uma questão que precisa de um “enfrentamento corajoso” por parte de todos. Palocci reconheceu ainda o esforço do governo anterior, mas frisou que ele foi ineficaz, já que o déficit que há sete anos atrás estava em torno de R\$ 20 bilhões chega hoje a R\$ 70 bilhões. “Este esforço não resolveu. Nós temos coragem de enfrentar o problema. E é coragem para prejudicar o setor público? Não. É coragem para assegurar inclusive ao servidor que lá na frente a sua previdência será sustentável. Porque do jeito que é hoje o direito que está escrito na Constituição não será garantido pelas contas do jeito que a coisa está caminhando”, falou.

Segundo Palocci, o governo não quer criar riscos às pessoas, mas precisa que os direitos, entre os quais o de aposentadoria, estejam previstos dentro de um sistema que dê certo. “O problema é que o nosso sistema não vai dar. As contas estão aí, explodindo, para mostrar isso. E agora não adianta nós tentarmos dizer aos servidores “olha, vocês vão perder os direitos e nós vamos tirar através dessas e dessas medidas”. É preciso que os próprios servidores participem do esforço de viabilizar em longo prazo a previdência social”, enfatizou.

O ministro também conclamou aos presentes a participarem da reforma, já que, “se formos procurar os culpados por esta situação, é possível que daqui dez anos nós os encontremos todos. Mas até lá, a previdência seria absolutamente insustentável”. Terminou seu discurso afirmando que prefere que se tenha disposição de resolver o problema, de enfrentar as dificuldades e tomar as medidas que nem sempre são as mais simpáticas, para fazer as mudanças. “É uma atitude difícil, que exige coragem, ousadia, disposição, mas nós não podemos superar os mais importantes problemas do País se nós não tivermos disposição para isso”, finalizou.

Carlos Schmidt - professor

Os verdadeiros privilégios

O ministro Berzoini, como sindicalista que foi, deve ter feito os usuais cursinhos de formação sindical onde a economia política era matéria obrigatória.

Assim, do que aprendeu, pode deduzir que a garantia de aposentadoria digna para os trabalhadores é, de um lado, a existência de regras que determinem que assim seja e de outro lado que a economia real (aquela que é representada por seus serviços) cresça o suficiente para fornecer os meios para sustentar os trabalhadores inativos.

Parece que a maior parte dos quadros governamentais; responsáveis direta ou indiretamente pelo tema seguridade, esqueceram verdades elementares que aprenderam no passado e sucumbem ao senso comum e manipulações do pensamento único (felizmente não mais tão único) e das penas de aluguel da grande mídia, tipo Mirian Leitão, que afirmam ser o problema central da previdência o déficit do seu segmento público que arrecada R\$ 4,3 bilhões dos servidores ativos e gasta com aposentadorias e pensões R\$33,8 bilhões.

O conflito de ponderações que faremos a seguir é parte de um trabalho que estamos concluindo e será lançado brevemente pelo Núcleo de Economia Política (NEP) da Ufrgs, denominado “Economia Política da Seguridade”.

1 - Preliminarmente os cálculos que produzem os números supra-mencionados ignoram que não existe uma previdência pública e que o pagamento dos inativos das diversas esferas do estado são encargos das suas respectivas fazendas e se quiséssemos mesmo assim considerá-los da mesma forma que o setor privado não estaríamos levando em conta as contribuições patronais e toda uma série de contribuições do tipo cofins, etc que ajudam a financiar a previdência. Da mesma forma que não é considerado, como de resto para o setor privado também não é feito, o cálculo atuarial. Não temos dados para o setor público, mas a dívida do Estado para com a previdência social calculada pelos colegas da UEMG é de U\$ 100 bilhões. Recursos do superávit previdenciário passado que foi “garfeado” pelo Estado e nunca devolvido.

2 - No entanto, o centro do problema é a metodologia que embasa os cálculos que dão origem às previsões catastróficas para o sistema de aposentadorias, que se funda na relação futura entre ativos e inativos decorrentes da evolução demográfica.

Neste momento é necessário sair do simplismo malthusiano e recuperar o que ensina a economia política a respeito.

O que os futuros aposentados vão receber é uma parte do produto social (da riqueza gerada) quando estiverem na situação de aposentados. Desta forma não se pode esquecer da evolução da produtividade e do produto.

Um exemplo singelo desta questão é o da França que em 1959 comprometia 5% do PIB com aposentadorias e em 1999 passou a gastar 12,5% do PIB. Mesmo assim as apo-

sentadorias e salários cresceram e as empresas tinham uma taxa de autofinanciamento de 120%.

Milagre da multiplicação dos pães? A semelhança do fundo de pensão dos funcionários da Enron?

Não, simplesmente crescimento da produtividade e do produto.

Se o atual governo que se elegeu propondo mudanças e crescimento econômico não puder se basear em uma hipótese de crescimento, terá que rever as bases do seu discurso.

No trabalho antes referido (Economia Política da Seguridade) montamos um cenário com hipóteses razoáveis para um horizonte de 10 anos (crescimento médio do PIB de 6%, crescimento do nº de aposentados de 3%, gasto com a previdência de 10% do PIB – hoje é de 8%) e chegamos aos seguintes resultados para o final do período (2012):

a) Poder-se-ia duplicar a aposentadoria média.

b) Triplicar os gastos com saúde.

c) Dobrar as despesas de custeio, aparelhando a previdência e revalorizando os salários dos seus funcionários.

3 - Desta forma não se pode discutir isoladamente a questão da previdência. Mesmo porque o seu financiamento deve ser pensado no bojo da questão tributária uma vez que é consenso que repousar suas receitas sobre a massa salarial é negativo para a economia e para o emprego.

4 - Qualquer reforma que envolva a aposentadoria dos servidores públicos, que não implique em cortar as aposentadorias atuais ou aumentar os descontos dos ativos, implica em curto prazo piorar as contas públicas, pois os servidores atuais deveriam desviar parte de sua contribuição para fundos de pensão complementares.

Ora! Isto é um absurdo, pois as dificuldades nas contas públicas são conjunturais e uma possível reforma iria agravá-las.

5 - Convenhamos, na chamada fila dos “privilégios” existe muita coisa na frente da aposentadoria integral dos servidores públicos. Seu enfrentamento poderia fazer com que esta questão deixasse de ser problema. Exemplos? Temos muitos! Imposto sobre as grandes fortunas, progressividade real do imposto de renda sobre os ricos, fim dos privilégios fiscais dos rentistas e latifundiários.

Assim, no plano da aposentadoria, em vez de rebaixar as condições dos servidores deveríamos melhorar a do setor privado, buscando recursos nos verdadeiros focos de privilégio existentes no Brasil. É óbvio que existem abusos no setor público. Vamos fixar então um teto de remuneração para ativos e aposentados. A refundação republicana do Brasil, propósito do novo governo, não pode ceder à chantagem daqueles que querem escamotear os verdadeiros privilégios apontando como aqueles que sob certos aspectos favorecidos ainda detém um mínimo (digo um mínimo) de dignidade.

Ceci Jurua - economista

Humores do mercado

Em artigo publicado em dezembro de 2002, o escritor uruguaio Eduardo Galeano defende que o verdadeiro autor do pânico planetário se chama Mercado, uma entidade terrorista todopoderosa, sem rosto, onipresente, e que se julga eterna como Deus. Agrega EG que o temor que as pessoas comuns sentem diante do Mercado está ligado a um prontuário criminoso, do qual fazem parte comercialização de guerras, fome e desemprego.

A fetichização do Mercado

No Brasil não existe ainda a consciência expressa por Galeano. Por isto, muitos de nossos dirigentes se apressam em satisfazer os Seus desejos e procuram não contrariar Suas determinações. Poucas pessoas questionam o bom senso de Suas decisões, se é que esse bom senso pode existir. Assim, Ele, o Mercado, é tratado como um fetiche cujas propriedades mágicas podem até servir para destruir nações e povos do mundo periférico.

Recentemente, os porta-vozes do Mercado (a grande mídia e setores minoritários do Governo) anunciaram que Ele exige a continuidade das reformas no Brasil. Não de todas as reformas, só de algumas, e Sua preferência recai sobre a reforma da previdência social, um dos últimos baluartes da era Vargas. Seus porta-vozes crêem firmemente, ou aparentam crer, que a vontade dessa entidade sobrenatural se expressa na Bolsa de Valores e na taxa de câmbio. Por isto, a explicação mais comum para a elevação do preço do dólar, quando ela ocorre, é dada com base nas resistências da sociedade às reformas necessárias. Muitas vezes, as propostas do governo já são orientadas para não contrariar o Mercado, como no caso atual da Previdência em que as mudanças anunciadas pelo ministro atual coincidem, em linhas gerais, com as diretrizes das agências multilaterais de financiamento.

Por que o fetiche quer a reforma da previdência social?

Para entender essa ligação, é necessário em primeiro lugar romper com o fetiche e tentar identificar, dentre os milhares ou milhões de mercados, os agentes reais que se ocultam por trás de uma palavra tão antiga quanto a humanidade. Estudos realizados na França e em outros países identificam os investidores institucionais, norte-americanos principalmente, como as forças que atuam na vanguarda das reformas neoliberais. São representados por fundos de pensão, fundos de investimento, seguradoras e grandes bancos, que atuam em escala planetária. Eles dominam os mercados financeiros internacionais, implantam-se nos mercados nacionais e promovem uma gigantesca especulação com os títulos e valores mobiliários. Têm uma verdadeira obsessão por liquidez e, além da especulação, servem-se de taxas flutuantes de juros, graças às quais multiplicam rapidamente seus haveres monetários e, quando necessário, difundem o terror econômico.

A taxa flutuante de juros representa, para o grande capital internacional, papel semelhante ao do talão de multas na mão de fiscais antiéticos, ao do revólver na mão dos policiais truculentos: um instrumento de intimidação e até de chantagem. Ela complementa, nos países periféricos, as manipulações da taxa de câmbio. Já inculcaram nos brasileiros, por meio da mídia, a crença de que o pior dos mundos é aquele em que ocorrem desvalorizações bruscas do câmbio e aumentos enormes da taxa internacional de juros (metamorfoseada em taxa de risco). Nem a fome e a violên-

cia assustam tanto! Para esses investidores institucionais, a reforma da previdência social no Brasil pode ser uma oportunidade ímpar de aplicação, com ampliação, dos haveres monetários, pois os recursos aplicados em planos de aposentadoria complementar serão, evidentemente, dirigidos para fundos de investimento, em mercados onde seguradoras e grandes bancos atuam em regime de oligopólio. Melhor que essa reforma seja urgente, para que os poucos bilhões de dólares disponibilizados pelo FMI permitam converter a nova riqueza monetária em moeda forte que irá para os países centrais e para os paraísos fiscais. As sobras poderão ficar no Brasil, para aplicação na dívida pública interna, sob garantia de um superávit fiscal e de impostos confiscatórios.

Se faltarem argumentos para que a sociedade assumira a “necessidade” dessa reforma, o fetiche irá se encarregar das providências complementares: o terror das taxas flutuantes de juros e da desvalorização cambial. O Mercado vai agir, com força e decisivamente.

O fetiche exige mais a desagregação social.


Politicamente, a reforma anunciada pelo atual ministro atua no sentido de fragmentar a unidade da nação brasileira. E o faz em nome da igualdade. Apesar de saber que a presidência do Banco Central é ocupada por um homem que, sem deixar de ser respeitável, ganha anualmente uma aposentadoria equivalente a 800 salários mínimos, mesmo tendo uma aparência jovem e sem completar 30 anos de trabalho no Banco de Boston, pelo qual recebe sua aposentadoria.

A igualdade anunciada na reforma previdenciária, denominada publicitariamente de “fim dos privilégios”, é a igualdade dos miseráveis, dos pobres, dos indigentes. É uma igualdade formal e relativa, que irá aprofundar a expropriação da classe média brasileira, alimentando os mecanismos financeiros que reservam, para uns poucos privilegiados reais, aposentadorias milionárias e incompreensíveis do ponto de vista atuarial. Membros de sindicatos do porte da CUT já demonstraram, de forma leviana, o apoio ao projeto do ministro da Previdência. No entanto, dificilmente apoiariam, em nome da igualdade, um imposto de renda sobre ganhos absurdos, e certamente não apoiariam uma alíquota de 80% para o imposto de renda sobre rendimentos superiores a 100 salários mínimos. Também não escutei, de parte de representantes da CUT, apoio à progressividade do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Tampouco ouvi de sindicalistas uma proposta de aumento do Imposto Territorial Rural (ITR). Poderiam, também, em nome da igualdade, sugerir o fim de todos os impostos sobre os ganhos do trabalho, substituídos por um único imposto sobre o capital. Mas não o fizeram ainda.

Há nuvens sombrias nos céus da família brasileira. Apesar de tudo será necessário manter a esperança, para que tenhamos forças para resistir mais uma vez e enfrentar os verdadeiros inimigos da nação brasileira. Certamente teremos o apoio da maior parte dos membros do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Minha esperança ainda é infinita, apesar dos humores dos mercado\$.

* Pesquisadora, diretora do Sindecon-RJ e integrante da ATTAC/RJ. (Publicado no Jornal Monitor Mercantil, do Rio de Janeiro, em 18/01/2003)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

		ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2002			
RUBRICAS / MESES		NOV	
ATIVO		2.015.326,25	
FINANCEIRO		1.765.255,66	
DISPONÍVEL		309.254,10	
CAIXA		485,04	
BANCOS		68.854,95	
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA		239.934,11	
REALIZÁVEL		1.456.001,56	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO		1.451.021,77	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.451.021,77	
CRÉDITOS A REALIZAR		4.979,79	
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		3.881,16	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		842,00	
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR		0,00	
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS		0,00	
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER		448,83	
ATIVO PERMANENTE		250.070,59	
IMOBILIZADO		244.570,76	
BENS MÓVEIS		77.484,86	
BENS IMÓVEIS		248.811,89	
REFORMAS EM ANDAMENTO		0,00	
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS		81.725,99	
DIFERIDO		5.499,83	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS		8.488,78	
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		3.969,95	
PASSIVO		1.921.463,08	
PASSIVO FINANCEIRO		31.843,22	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		7.595,52	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS		3.981,81	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		0,00	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		1.835,10	
CREDORES DIVERSOS		1.778,61	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS		24.247,70	
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL		24.247,70	
SALDO PATRIMONIAL		1.889.619,86	
ATIVO LÍQUIDO REAL		606.950,40	
SUPERAVIT ACUMULADO		1.280.869,46	
ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2	
RUBRICAS / MESES		NOV	ACUMULADO
RECEITAS		112.086,30	1.127.602,74
RECEITAS CORRENTES		82.012,24	876.807,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		82.012,24	876.807,97
RECEITAS PATRIMONIAIS		29.961,87	213.579,51
RECEITAS FINANCEIRAS		29.945,22	213.521,45
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS		16,85	58,06
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS		12,19	29.207,59
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS		12,19	29.207,59
OUTRAS RECEITAS		100,00	8.007,67
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		0,00	5.112,93
OUTRAS RECEITAS		100,00	2.894,74
DESPESAS		97.476,76	1.033.739,57
DESPESAS CORRENTES		97.476,76	1.033.739,57
DESPESAS COM CUSTEIO		26.244,93	397.102,60
DESPESAS COM PESSOAL		19.102,96	198.483,71
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS		3.574,71	150.889,48
DESPESAS DE EXPEDIENTE		6.374,80	71.617,38
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS		1.338,47	7.080,28
DESPESAS LEGAIS		0,00	1.026,84
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO		180,81	8.371,60
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		1.202,03	13.873,62
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO		352,25	4.330,17
ENCARGOS FINANCEIROS		119,00	429,52
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS		48.712,09	402.406,78
DESPESAS COM VEICULAÇÃO		2.480,00	15.923,00
DESPESAS COM VIAGENS		16.842,36	127.654,35
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS		100,00	9.786,16
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA		6.909,21	47.629,10
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES		22.190,00	188.024,72
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		190,50	13.388,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		22.519,74	234.230,19
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES		18.502,79	191.095,94
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT		4.016,95	43.134,25
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS		14.609,54	93.863,17
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO		93.863,17	93.863,17
RUBENS C. V. WEYNE PRESIDENTE		NINO H. FERREIRA DA SILVA CONTADOR – CRC/RJ Nº.14418	

U E R G S

Polêmica na troca de reitores

A decisão do atual governo do Estado de substituir o reitor José Clóvis de Azevedo e quatro pró-reitores da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), dia 13 de janeiro, gerou polêmica. Alunos da universidade têm protestado contra o que chamam de uma intervenção por parte do governador Germano Rigotto, parlamentares de oposição manifestam-se contrários à decisão e um grande número de abaixo-assinados circulam no estado desde o Fórum Mundial de Educação e Fórum Social Mundial. De seu lado, o governo gaúcho considera que agiu conforme a lei. O jornal *Adverso* conversou sobre o assunto com o ex-reitor José Clóvis de Azevedo e com o atual, Nelson Boeira (que enviou suas respostas por e-mail – leia box).

José Clóvis de Azevedo avalia sua dispensa da Uergs como uma decisão do governo gaúcho que “obedece a uma concepção de apropriação do espaço público pelos governantes”. Com o ato, o governo teria mostrado uma visão não-republicana de que o espaço público deva ser partidarizado por quem está no poder. É uma contradição, diz o professor, “entre práticas partidárias e a republicana, de respeito à coisa pública”. No caso da Uergs, haveria como agravante, conforme Azevedo, o desrespeito à autonomia. E ressalta: “A universidade não é igual à Secretaria de Educação, ou um outro órgão do governo. É um ente autônomo que tem uma autonomia incorporada na cultura universitária, uma cultura milenar, de respeito, também consagrada na legislação brasileira, na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na própria legislação que criou a Uergs”.

Para Azevedo, o objetivo do governo Rigotto é submeter a universidade aos interesses partidários, criando uma lógica de que, a cada quatro anos, um partido coloque cargos de confiança na Uergs. “E havia uma característica muito importante: não tínhamos cargo de confiança. Os únicos nomeados eram os quatro vice-reitores e o reitor e que deixaram de ser CCs no momento em que a universidade foi credenciada e adquiriu o status de en-

tidade autônoma. Tanto é que o governador Olívio não nos exonerou. Exonerou mais de dois mil CCs e não a nós”, explica, afirmando que o ex-governador entendeu que havia se colocado uma situação nova e que exonerar o reitor seria tratar a universidade sem autonomia.

Desacúmulo

O ex-reitor assinala que sua permanência significaria cumprir um calendário para a formatação definitiva da

Uergs, até a eleição do próximo reitor em 2004. O calendário seria também uma garantia da autonomia, porque a universidade deixaria de se guiar pela lógica das sucessões governamentais, passando a ter sua própria lógica, seu direito de auto-organizar-se em termos legislativos, normativos, através de suas instâncias, principalmente de conselho superior. Partidarizada, conforme Azevedo, a Uergs não poderá dar continuidade ao seu conteúdo, passando a ser um “desa-

cúmulo” permanente. “Da maneira como está sendo levada, tudo o que é construído num determinado período, no governo seguinte é desconstruído. E esse é o grande perigo. Agora ela pode ter o nome de universidade, mas deixa de ser, porque universidade é uma instituição de constituição de conhecimento e o conhecimento é produzido a longo prazo, num processo acumulativo”, diz.

O argumento do atual governo é de que os cargos utilizados na Uergs são de confiança e que como se trata de uma reitoria provisória o governo pode indicar outra. O problema, para Azevedo, é que Rigotto não estaria respeitando os processos nem visualizando a possibilidade dentro da esfera estatal de uma instituição autônoma. Isso tudo teria questões mais de fundo, como diferentes idéias de modelo de sociedade entre o atual governo e o anterior. O governo Rigotto seria afinado com a globalização nos parâmetros da dominação neoliberal, enquanto que o de Olívio era identificado com a construção de um desenvolvimento estratégico voltado para o mercado interno e para a emancipação e afirmação do povo gaúcho. O ex-reitor também acredita numa mudança nas relações internas da Uergs, com o estabelecimento de uma hierarquia rígida, de uma relação autoritária entre os estudantes e a direção dentro da universidade. “É a lógica da empresa, da organização institucional voltada para o mercado”, afirma.

Ainda segundo o ex-reitor, a Uergs é uma universidade voltada para criar um conhecimento novo, ligado às questões do Estado e às questões regionais. “Ela iniciou já trabalhando a questão da pesquisa e do ensino de uma forma conjunta. Todos os nossos alunos pesquisam porque a nossa idéia é criar não só pesquisadores dedicados exclusivamente à pesquisa, mas um espírito, uma cultura de investigação dentro da universidade”, aponta. Mas, como se trata de “uma concepção avançada”, Azevedo acha que essa é uma das primeiras características a serem desmontadas pela nova reitoria.

Boeira promete ampliar e fortalecer universidade

O novo reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Nelson Boeira, afirma que pretende ampliar e fortalecer a instituição, sem nenhuma interferência de natureza partidária ou ideológica. PhD em História pela Yale University e pós-doutorado em Filosofia Política pela Tufts University e Harvard University, Boeira é professor licenciado de Filosofia e Ética na Ufrgs. Além disso, foi diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) e secretário estadual da Cultura no governo de Antônio Britto. Apesar de a Uergs estar hoje vinculada à Secretaria Estadual da Educação (SEC), a intenção do novo governo do Estado é obter o aval da Assembléia Legislativa para que a universidade esteja ligada à Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Sobre a polêmica envolvendo a troca de direção da Uergs, Boeira argumentou que foi uma decisão administrativa apoiada na legislação e na Constituição do Estado. O Executivo alega que a lei 11.646/01, que criou a Uergs, determina que o mandato dos reitores não-eleitos pela comunidade acadêmica, discente e docente, é pró-tempore. Esse seria o caso do ex-reitor, José Clóvis de Azevedo. A Procuradoria-Geral do Estado avalizou a decisão através do parecer 13.510, de 09 de

janeiro de 2003, firmando o entendimento de que este período de reitoria poderia ser interrompido a qualquer momento.

A nova reitoria garantiu que a substituição não prejudicará o andamento do ano letivo e a realização do vestibular. No dia 29 de janeiro, foi publicado um edital no Diário Oficial do Estado, que prevê a contratação de 106 professores, em caráter temporário, para atender as necessidades de ensino da Uergs a partir de março. As inscrições poderão ser feitas até o dia 11 de fevereiro. O pró-reitor de Ensino, Carlos Eugênio Daudt, informou que não serão realizadas entrevistas individuais com os candidatos. Segundo ele, “os inscritos têm a garantia de que serão julgados apenas pela sua capacidade profissional, sem nenhuma interferência, seja de natureza política, ideológica, religiosa ou de qualquer outra espécie”. As vagas são para os cursos das áreas de Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências da Vida, Ciências Humanas e Línguas. A prova escrita será realizada no dia 23 de fevereiro. Somente os aprovados nesta fase terão seus títulos analisados. A divulgação do resultado final das provas, da classificação dos candidatos para cada opção e da convocação para a apresentação da documentação ocorrerá no dia 21 de março.

Como a Adufrgs administra seus gastos

Alejandro Borche*

Após análise das contas do mês de dezembro e dos balancetes gerais do ano 2002, podemos afirmar que a receita média mensal por contribuições, no ano 2002, foi de R\$ 80.296. O valor em dezembro foi de R\$ 83.134. Receitas por ações coletivas e outras receitas, no ano de 2002, não foram consideráveis e atingiram, no decorrer do ano, o valor de R\$ 32.203. Ainda poderiam ser consideradas como receitas os rendimentos de aplicações financeiras, que em dezembro somaram R\$ 29.206 e, no total do ano, R\$ 242.727.

Como a receita fixa mensal é de aproximadamente R\$ 83.000 (contribuições) resta um valor próximo a R\$ 9.000 para cobrir outras despesas eventuais. Por exemplo, foram gastos R\$ 137.769 com viagens em 2002, numa média de R\$ 11.481 mensais e, com o brinde de fim de ano, R\$ 40.000.

Os ativos financeiros no final do ano somavam:

- A) Disponível: R\$ 1.368.348 (aplicações curto prazo)
- B) Fundo de greve: R\$ 177.870
- Fundo URP: R\$ 193.311

As despesas fixas mensais são as seguintes:

	Dezembro	Total 2002
1) ANDES	R\$ 18.747	R\$ 209.843
2) ADVERSO (jornal e assessoria de imprensa) + gráfico	R\$ 18.240	R\$ 187.650
3) Folha de pagamento	R\$ 14.613	R\$ 154.097
4) Correio	R\$ 12.614	R\$ 69.622
5) Funcionamento da sede (telefone, luz, fotocópias, material, manutenção, etc)	R\$ 5.656	R\$ 58.646
6) CUT	R\$ 4.071	R\$ 47.206
7) Assessoria jurídica	R\$ 3.380	R\$ 38.884
8) Contabilidade	R\$ 1.650	R\$ 20.550

*tesoureiro da Adufrgs

**Comunicado enviado pelo deputado
boliviano Evo Morales aos participantes do
3º Fórum Social Mundial de Porto Alegre**



Jallalla os povos do mundo

Lamentavelmente não poderei estar com vocês neste evento tão importante. Na Bolívia, desde o dia 13 de janeiro, vivemos de fato em um estado de sítio. As ruas foram tomadas por um efetivo de 10 mil policiais do Exército. Várias escolas e postos de saúde foram convertidos em quartéis. Centenas de companheiras e companheiros foram detidos, ultrajados e ameaçados. Dezenas foram feridos. E o mais lamentável: nove com-

janeiro. Porque queremos soluções, não palavras.

Não estamos pedindo mais do que nos corresponde. O que queremos é recuperar nosso gás. A Bolívia é o país com as maiores reservas de gás natural na América do Sul. Se esta riqueza não voltar para os seus verdadeiros donos, seremos um país mendigo, sentado em uma cadeira de ouro negro. Nós não queremos caridade nem ajuda para o desenvolvimento. O que queremos é que nos devolvam nosso gás, nossos recursos naturais, nosso futuro.

Os aymaras, quechuas, guaranis e os mais de 30 povos indígenas que existem

terra, a "Pachamama", em uma simples mercadoria.

Na Bolívia derrotamos a tentativa de aprovar uma lei que privatizava e mercantilizava as águas. Sem dúvida, agora, querem impor a exportação de águas subterrâneas de uma região muito desértica do sudoeste da Bolívia para benefício das empresas mineradoras transnacionais do norte chileno. A água é o sangue da mãe terra. A defesa da água é a defesa da vida.

Nossa luta não é somente por gás, terra, coca e água, mas também contra a Alca. Nós estamos convencidos de que, se a Alca for aprovada, será muito difícil recuperar nossas empresas e nossos recursos naturais. A Alca é mais que um projeto comercial, é um projeto de neocolonização e anexação. Nós não queremos mais ser uma colônia. Não queremos que o grande mercado da Alca provoque o etnocídio de nossos povos. Nós queremos uma integração solidária, diversa, justa, uma integração como a que se expressa no Fórum Social Mundial. Companheiras e companheiros, a grande imprensa acompanha a trágica morte de um companheiro nas manifestações de Gênova. Mas quando se trata de humildes bolivianos, só reina o esquecimento. Temos que romper este cerco de silêncio dos meios de comunicação internacionais. Podemos fazer isso se cada um, ao retornar ao seu país, começar a organizar comitês de solidariedade com a Bolívia, se realizarmos ações em frente das embaixadas da Bolívia, se protestarmos em frente das sedes das transnacionais piratas, se inundarmos os meios de comunicação com pronunciamentos de todos os setores.

Devemos construir uma grande frente de luta latino-americana e mundial contra a dívida externa. Temos que lutar todos juntos para defender a Venezuela, Cuba e Palestina.

Companheiras e companheiros, quero pedir que olhem para o lado. Verão que estou aí em Porto Alegre. Porque Evo Morales não é mais que um lutador como vocês. Companheiros e companheiras, não é Evo Morales quem decide se levantam ou não os bloqueios de estradas na Bolívia, mas as comunidades que estão nas ruas. Porque só podemos forjar uma unidade de ferro se o povo decidir, se os dirigentes aprenderem a escutar e a respeitar suas decisões.

No idioma aymara y quechua "jallalla" significa "viva". Por isso, quero me despedir pedindo-lhes que me ajudem a gritar um "viva", um "jallalla":

**Jallalla o Fórum Social Mundial de Porto Alegre
Jallalla os povos do mundo
Jallalla a luta na Bolívia**

Cochabamba, Bolívia, 27 de janeiro de 2003



panheiros morreram pelas balas do Exército e outros onze morreram em um acidente provocado quando interviram à força na marcha dos aposentados.

A guerra que tanto se anuncia já é sentida neste país da América Latina. As Forças Armadas se transformaram em um exército de ocupação a serviço dos interesses das transnacionais e da potência do norte.

Nas últimas eleições na Bolívia, o povo disse basta. Chega deste modelo neoliberal! Agora nos mobilizamos para mudar este modelo e eles nos respondem com balas, com tanques, com mortos. Durante cinco meses dialogamos com o governo, expomos nossas razões e argumentos, e nada se conseguiu. Por isso iniciamos os bloqueios de estradas e mobilizações desde o dia 13 de

no meu país buscam recuperar nosso território. Não queremos nos sentir estrangeiros em nossa própria terra.

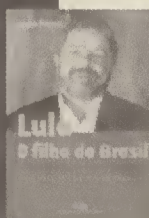
Não queremos ser tratados como cidadãos de quinta categoria.

Não queremos que nossa cultura seja destruída. Nossa folha de coca, símbolo da comunidade e solidariedade entre as culturas andinas, está sendo perseguida e satanizada como se fosse a causa dos males causados pelas drogas, quando na realidade os culpados são os defensores deste sistema capitalista, desumano e decadente.

Não nos deixamos enganar. Sabemos que a luta contra as drogas não é mais que um pretexto para militarizar nosso territórios, para violar nossa soberania.

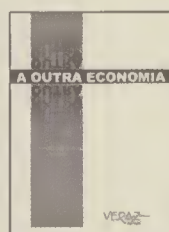
Nós indígenas e camponeses queremos que não haja mais latifúndio na Bolívia. Que a terra seja dos povos originários e de quem realmente a necessita. Não queremos que um grupo de traficantes convertam a mãe

ORELHA



**Lula
O Filho do Brasil**
Denise Paraná

Esta biografia de Luiz Inácio Lula da Silva é um vasto e amplo levantamento sobre a trajetória do maior líder de massas do Brasil. Agora em nova edição, inteiramente revista, ampliada e enriquecida com entrevistas inéditas. Perseu Abramo, R\$ 25,00. 527p.



A outra economia
Antonio David Cattani (org.)

Com textos de muitos economistas, o livro explica termos e idéias como economia solidária, moeda social e mercado solidário. Com 40 verbetes e 31 autores. Publicação de Veraz Editores em parceria com Unitrabalho, R\$ 30,00. 312p.



A Razão no Século XX
Bertrand Saint-Sernin

O fio condutor desta história da razão no século XX são as grandes metrópoles intelectuais da Europa: Paris, Viena, Berlim e Londres, a partir dos seus mais expressivos pensadores como Freud, Simone Weil, Joseph Conrad, Einstein, para citar apenas alguns. José Olympio, R\$ 29,00. 272p.

WWW

Comunicação

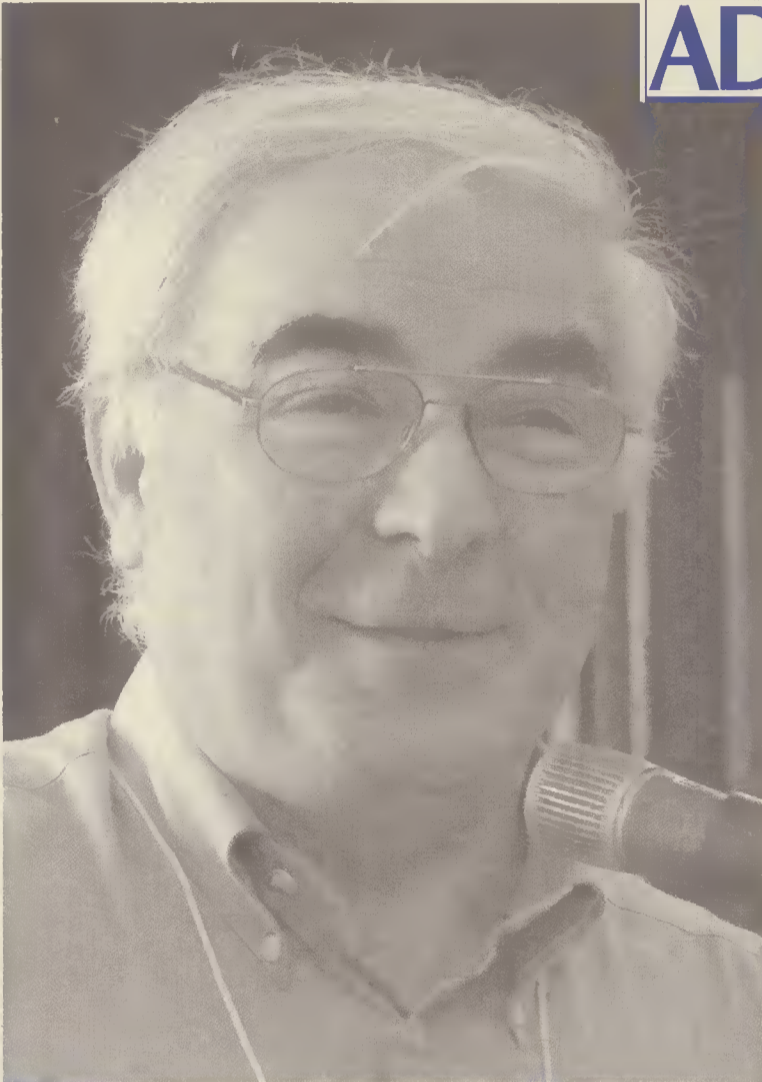
X www.envolverde.com.br/
Sítio de Agência Envolverde de comunicação, serviços para a imprensa, vinculado à Inter Press Service a outros sítios diversos.

Compostagem

X www.hortadaformiga.com/main.cfm
Sítio de um centro de compostagem caseira em Portugal, possui informações de como fazer a compostagem e mostra diversos exemplos.

"A universidade não pode aceitar propriedade intelectual"

Cristina Lima



Petrella: "Um gene humano não pode ter proprietários"

O italiano Riccardo Petrella, professor de Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Lovain, na Bélgica, conselheiro da Comissão Europeia para Assuntos de Política de Ciências e Tecnologia e integrante do Fórum Mundial das Águas, da Itália, esteve em Porto Alegre participando de eventos do Fórum Mundial de Educação, de 21 a 23 de janeiro. Num desses encontros, Petrella falou sobre a ideia de criação da Universidade do Bem Comum, que tratará de promover e divulgar conhecimentos relativos aos bens construídos coletivamente. Petrella é um dos mais conhecidos integrantes do movimento internacional antineoliberalismo e promove debates em todo o mundo sobre a preservação de bens públicos globais. É o caso da água, do sol, do ar e também do conhecimento. Nesta entrevista, ele trata alguns destes temas e esclarece também sua posição contrária à propriedade intelectual, para ele fator de concentração de renda nos países ricos.

Jéferson Assunção

AD verso -

O que o senhor considera um bem público global?

Riccardo Petrella - Um bem público global é um bem que é necessário, que é essencial à vida comum. Por exemplo, o sol é um bem público global, assim como a água e o ar. Você pode viver sem petróleo, você pode viver sem dólares, mas você não pode viver sem água, nem sem ar. Esta é a diferença de um bem superfluo e um bem público global. Ele é insubstituível. Mas são pouquíssimas as coisas que são insubstituíveis. A água, o ar, o sol, a terra, o conhecimento e os serviços como educação, saúde e informação, estes são serviços e bens públicos, ou seja, são de propriedade e inteira res-

"Em muitas universidades se valorizam a mecanização da vida, os lucros e a acumulação de capital"

ponsabilidade do coletivo. Isso significa que a sociedade tem o dever de garantir este bem a todas as pessoas, através de um processo totalmente democrático.

Adverso - O que é o projeto da Universidade do Bem Comum?

Petrella - Pretendemos fazer encontros entre professores e alunos e de outros elementos da sociedade, como movimen-

tos indígenas, representantes de instituições públicas pela educação e trabalhadores da economia solidária para tratar do tema dos bens comuns. Mas por enquanto é um projeto. Nós estamos trabalhando com experiências. A primeira delas acontecerá num encontro de 5 a 8 de março na Itália. Durante uma semana teremos uma pequena seção dessa universidade, com o funcionamento da Faculdade da Água da Universidade do Bem Comum. É preciso lembrar que a primeira universidade do mundo, que começou em Bolonha, foi, no começo, uma tentativa. Na época, a Universidade de Bolonha não era como é hoje. Foram necessários mais de 800 anos para se realizar como universidade popular, como uma universidade democrática. A Universidade do Bem Comum necessitará de cem, 200 anos, para virar uma coisa interessante. Mas como diz um personagem muito conhecido na América, o caminho se faz ao andar. A Universidade do Bem Comum se gerará andando.

Adverso - Por que o senhor afirma que é necessário acabar com a propriedade intelectual?

Petrella - A primeira razão é que o conhecimento é um bem comum. O conhecimento é o produto da história humana. É um produto que necessita de contribuição. Hoje a pretensão do sistema capitalista de mercado é de que as pessoas podem se apropriar do conhecimento e transformá-lo em mercadoria, para obter o máximo de lucro. Isso é um roubo. O conhecimento de uma molécula que temos hoje é o resultado de um processo coletivo. Por exemplo, químicos têm conhecimentos que um biólogo não compreende muito, assim como os biólogos têm conhecimentos que um físico ou um químico não têm. Mas é importante que todos eles tenham um pensamento ético, um pensamento moral, para que estes conhecimentos coletivos não se tornem propriedade e

mercadoria de um só indivíduo. Este é o primeiro fundamento da luta contra os direitos de propriedade intelectual. Em segundo lugar se deve lutar contra o direito de propriedade intelectual porque há diferenças entre os dois. O direito de propriedade industrial, que é direito do autor, um direito clássico, muito normal, é diferente do direito de propriedade intelectual, que se baseia na apropriação da vida e da inteligência humana da forma mais avançada. Os softwares, por exemplo. Existe a reação ao Linux e aos programas livres como se estes não pudessem existir, mas os softwares devem ser livres, porque a formação de códigos matemáticos não é um elemento de propriedade privada e sim uma estrutura de pensamento que deve estar e permanecer livre, assim como a genética. Não se pode permitir direitos à propriedade sobre a vida, sobre as moléculas e sobre os genes humanos pois não se pode permitir uma patenteabilidade da vida. Um gene humano não pode ter

proprietários. Um outro exemplo prático da derivação negativa desta prática são os medicamentos genéricos que sofrem resistências gigantescas por serem uma alternativa às grandes

patentes medicinais. Diversas pessoas podem ser beneficiadas com eles mas não são, porque não têm acesso. Diversos males poderiam ser diminuídos mas não podem porque as indústrias farmacêuticas têm a propriedade das patentes dos remédios e isso é outro roubo, um roubo da vida, que é permitido pelo direito de propriedade intelectual de hoje. A universidade, que significa universal, o conhecimento universal, não pode aceitar isso, mas quando se faz a privatização, a mercantilização da universidade, é inevitável que se aceite o direito de propriedade intelectual, como acontece hoje em muitas universidades, onde se valorizam a mecanização da vida, os lucros e a acumulação de capital.

Adverso - Por que o senhor diz que é necessário declarar a ilegalidade da pobreza? Como isso pode ser feito?

Petrella - E por que aceitar a pobreza? Veja: a escravidão foi declarada ilegal no século XIX porque a sociedade concordou em não admitir que um ser humano fosse considerado um objeto ou propriedade de outro ser humano. Pois a sociedade de hoje deve admitir que não se pode aceitar que o direito à vida seja de apenas alguns seres humanos.

"As pessoas pensam na pobreza como uma coisa natural. Declará-la ilegal significa negar sua naturalidade"

Temos que ser contra a inevitabilidade da pobreza. As pessoas pensam também que os pobres foram sempre pobres, que estão pobres e serão pobres. As pessoas pensam na pobreza como uma coisa natural. Pois declará-la ilegal significa negar a naturalidade da pobreza. Claro que isso não significa que se você é pobre você é ilegal, mas isso permite à população cobrar do governo medidas mais drásticas contra esta situação. Este é um instrumento da democratização das lutas em todo o mundo. A partir desta medida, você pode perguntar ao governo alemão ou ao parlamento inglês: "por que permitem que suas ex-colônias estejam pobres?" e se pode dizer que são culpados por isso. É um instrumento de participação dos pobres para promover uma sociedade fundada sobre o direito à vida como todos os princípios fundadores de uma sociedade.